



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008083-29.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Avenida Imóveis Participação e Empreendimentos Ltda Epp**
Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que é titular de três linhas telefônicas móveis junto à ré e que teve furtado o aparelho que utilizava para acesso a uma delas.

Alegou ainda que desde junho/2018 vem tentando cancelar a linha relativa a tal aparelho, além de transferir à sua sócia Odila Formigoni Ferreira as demais, sem êxito.

Almeja à condenação da ré a tanto.

A ré em contestação não se recusou a proceder às medidas desejadas pela autora, ressalvando apenas não ter localizado em seu sistema qualquer postulação dessa natureza.

Salientou, todavia, a necessidade de serem preenchidos alguns pressupostos para que as providências pudessem ser concretizadas.

Diante do cenário posto, o acolhimento dos pleitos formulados transpõe de rigor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Quanto ao cancelamento da linha nº (16) 98120-0216, nenhuma dúvida foi suscitada sobre a sua possibilidade.

Se as tentativas implementadas pela autora (cf. protocolos de fl. 132) não tiveram sucesso, nada impede que isso se dê agora.

É evidente que eventuais débitos pela utilização dos serviços até o bloqueio da linha deverão ser quitados pela autora.

Quanto à portabilidade das linhas nº (16) 99782-8070 e (16) 99962-1017 à sócia Odila Formigoni Ferreira, poderá realizar-se por força da juntada dos documentos de fls. 134/135.

Ademais, e por cautela, foi determinado à autora que coligisse declaração de seu outro sócio concordando com a alternativa (fl. 147, item 1), o que se deu a fl. 151.

A pretensão deduzida merece assim prosperar, afastando-se o pedido de condenação da ré às penas da litigância de má-fé à míngua de comprovação consistente do elemento subjetivo indispensável à sua configuração.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para (1) declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes relativo à linha telefônica nº (16) 98120-0216, bem como para (2) condenar a ré a no prazo máximo de quinze dias efetuar a portabilidade das linhas nº (16) 99782-8070 e (16) 99962-1017 para a pessoa física de Odila Formigoni Ferreira, RG 5.224.129, CPF 561.418.588-72 e residente na Rua XV de Novembro, 2378, apto. 92, Centro (São Carlos).

Por ora, deixo de fixar multa para a hipótese de descumprimento dessa obrigação, o que sucederá oportunamente, se necessário.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer imposta no item 2 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 11 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**